

Despesa com pagamento de juros aumentou 37%

CORREIO BRAZILIENSE

27 JUN 1995

O Tesouro Nacional gastou R\$ 684 milhões com encargos da dívida pública mobiliária federal (títulos emitidos pelo governo) em maio deste ano. O juro alto está aumentando esse débito.

O gasto no mesmo mês do ano passado foi de R\$ 500 milhões, já descontada a inflação. A despesa cresceu, portanto, 37% em termos reais (descontada a inflação).

“Houve crescimento da taxa de juros a partir de abril”, explicou o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, ontem, ao divulgar estes números.

“Outra possível explicação, mas não tenho dados, pode ter sido um eventual gasto sazonal (específico a maio)”, acrescentou. O resultado disso é o crescimento da dívida.

Crescimento — A dívida mobiliária total (com o mercado e Banco Central) era de R\$ 66,3 bilhões em janeiro e hoje é de R\$ 71,7 bilhões, com crescimento de R\$ 5,4 bilhões em apenas cinco meses.

O Tesouro Nacional conseguiu superávit (arrecadou mais do que gastou) de R\$ 73 milhões em maio, com receitas de R\$ 7,045 bilhões e despesas de R\$ 6,972 bilhões.

Apesar disso não reverteu o desequilíbrio (gasto superior à recei-

ta) de R\$ 1,428 bilhão, acumulado nos cinco primeiros meses deste ano.

A arrecadação deste ano cresceu 14% acima da do ano passado em termos reais (acima da inflação) até maio, mas alguns itens das despesas subiram acima desse patamar.

As liberações vinculadas (obrigatórias), como as transferências para estados e municípios, aumentaram 20%. Os encargos das dívidas interna e externa subiram 41%.

Vinculações — Os gastos com custeio e investimento (saúde, merenda escolar, bolsas de estudo, manutenção da máquina pública e outros) elevaram-se em 23%.

“Há um grande número de vinculações. Se a receita sobe, o gasto com elas aumenta automaticamente”, explicou Murilo Portugal.

Sobre a dívida, observou que “este ano começou o pagamento integral dos juros da dívida externa junto aos bancos privados estrangeiros devido ao acordo fechado ano passado”.

As despesas com pessoal e encargos sociais (funcionalismo público) cresceram apenas 12%, mas houve o atraso, decidido pelo governo, de uma folha salarial para 1996.